



1. Editorial
2. Indústria Agro-Alimentar
Comissão pretende acautelar desperdícios na fileira
3. Panorama
PME criam 85% dos novos empregos
4. Agrobiotecnologia em Portugal

editorial

Pedro Queiroz
Director-geral da FIPA



A FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares, lamenta profundamente o resultado negativo da votação na Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu, para a revisão da lista de alegações nutricionais recentemente aprovada pelo Conselho. Se o resultado da votação vier a ser confirmado na próxima sessão plenária do Parlamento Europeu, significa que os consumidores não serão informados sobre os benefícios de melhorias nutricionais nos produtos e os operadores do sector alimentar terão menos possibilidade de comunicar os seus esforços de reformulação, apresentando falta de incentivos para investir em I&D e técnicas de inovação para o mercado europeu. A proposta sugere a introdução de duas novas alegações nutricionais, "Agora contém X% menos de [valor energético, gordura, gordura saturada, sal/sódio e/ou açúcares]" e "Sem adição de sódio/sal". Atualmente, o "Teor de (nome do nutriente) reduzido" permite aos fabricantes de alimentos comunicarem sobre reduções de um nutriente em comparação com uma variedade de alimentos na mesma categoria ao longo de um período de tempo. A introdução da alegação "Agora contém X% menos" iria oferecer novas possibilidades aos fabricantes de alimentos para comunicar ao consumidor alterações nutricionais feitas nos seus produtos, comparando receitas antigas e novas. A comunicação feita através deste tipo de alegações fornece aos operadores do sector alimentar um incentivo para continuar a investir em I&D, tecnologia e inovação. A abordagem passo a passo para a reformulação é muitas vezes necessária do ponto de vista tecnológico e também para adaptar uma mudança gradual no gosto do consumidor. Seria claro para o consumidor que a alegação "Agora contém X% menos" é feita em comparação com a receita anterior. De acordo com as condições de utilização propostas, o teor do nutriente reduzido antes da reformulação deveria ser claro na embalagem. Acreditamos que isso iria garantir que o consumidor ficaria muito mais bem esclarecido.



Indústria Agro-Alimentar

Comissão pretende acautelar desperdícios na fileira

No dia 19 de janeiro, os eurodeputados aprovaram uma resolução que defende, por um lado, o auxílio aos agricultores para manter os seus rendimentos a um nível recente e alerta, por outro lado, para o desperdício de alimentos na União Europeia. Num contexto em que a procura de matérias-primas agrícolas tem vindo a aumentar, tornando-as num bem “precioso”, verifica-se que o desperdício alimentar continua a merecer reflexão.

Fatores de produção pesam na fatura agroalimentar

De acordo com o Eurostat, o custo total dos fatores de produção para os agricultores da UE registou um aumento médio de quase 40% entre 2000 e 2010, enquanto os preços ao produtor aumentaram em média menos de 25%. Na realidade, o aumento do preço dos produtos alimentares não se traduz automaticamente no aumento dos rendimentos agrícolas, sobretudo devido à rapidez com que aumentam os custos dos fatores de produção agrícola e à crescente diferença entre os preços no produtor e no consumidor. Tendo em consideração que os produtores primários não podem beneficiar plenamente do aumento dos preços na produção porque estão «entalados» entre, por um lado, preços baixos à saída da exploração, em virtude das posições fortes dos retalhistas, e, por outro lado, preços elevados dos fatores de produção, em virtude do aumento da concentração de empresas de fatores de produção, o texto convida a Comissão e os Estados-Membros a melhorarem a transparência dos preços dos fatores de produção agrícola e a garantirem que as regras da concorrência se apliquem em toda a cadeia de comercialização de produtos alimentares, a montante e a jusante. Por outro lado, defendem os eurodeputados, a Comissão deve avaliar melhor o impacto da legislação da União Europeia na sustentabilidade e competitividade da agricultura europeia, e as autoridades da concorrência nacionais e europeias devem abordar os abusos de posição dominante detida pelos retalhistas e pelos fabricantes de fatores de produção.



Acabar com o desperdício de alimentos

Um estudo publicado pela Comissão estima a produção anual de resíduos alimentares nos 27 Estados-Membros em cerca de 89 milhões de toneladas, isto é, 179 kg per capita, com grandes variações entre os países e os diversos sectores, sem sequer mencionar os desperdícios a nível da produção agrícola ou as devoluções de peixe ao mar. Se não se tomarem medidas preventivas adicionais, o volume global de desperdício alimentar atingirá, em 2020, 126 milhões de toneladas (aumento de 40%). Considerando que a segurança alimentar é um direito fundamental da humanidade, que se realiza através da disponibilidade, acessibilidade, utilização e estabilidade temporal de uma alimentação saudável, suficiente, adequada e nutritiva, o texto alerta para o facto de a produção alimentar mundial ser comprometida por uma série de fatores, nomeadamente o carácter limitado dos recursos naturais face ao crescimento da população mundial e o escasso acesso aos alimentos por parte das categorias mais vulneráveis da população. Nesse sentido, solicita à Comissão e aos Estados-Membros que clarifiquem o significado das datas indicadas nos rótulos («consumir de preferência antes de», «prazo de validade», «data-limite de consumo»), a fim de reduzir a confusão dos consumidores relativamente à comestibilidade dos alimentos, e insta os Estados-Membros a velarem por que os pequenos produtores locais e os grupos de produtores locais possam participar nos processos de adjudicação de contratos para a implementação de programas específicos de promoção, *inter alia*, do consumo de fruta e produtos lácteos nas escolas. Quanto aos retalhistas, a resolução solicita-lhes que participem em programas de redistribuição de alimentos aos cidadãos sem poder de compra e adotem medidas com o objetivo de tornar possível a aplicação de descontos aos produtos que se aproximam do final do prazo de validade.

Panorama

PME criam 85% dos novos empregos

Aproximadamente 85 % do total líquido de novos postos de trabalho na União Europeia (UE) entre 2002 e 2010 foram criados por pequenas e médias empresas (PME). Esta percentagem é consideravelmente superior à parte das PME no emprego total (67 %). Durante este período, o emprego líquido criado pela economia empresarial da UE aumentou substancialmente, em média 1,1 milhão de novos postos de trabalho por ano. Estes são os principais resultados de um estudo sobre o contributo essencial das PME para a criação de emprego, apresentado a 16 de janeiro pela Comissão Europeia. Com 1 % por ano, o crescimento do emprego nas PME foi mais elevado do que nas grandes empresas (0,5 %).

Microempresas criam mais emprego

Dentro das PME, as microempresas (menos de 10 trabalhadores) são responsáveis pelo maior crescimento líquido do emprego na economia empresarial (58 %). Em segundo lugar, as novas empresas (menos de cinco anos) são responsáveis pela maior parte dos novos postos de trabalho. As novas empresas ligadas aos serviços empresariais são responsáveis por mais de um quarto (27 %) dos novos postos de trabalho, ao passo que as novas empresas nos setores dos transportes e da comunicação representam o contributo mais pequeno (6 %).

Principais efeitos da crise

De acordo com os resultados do estudo efetuado, a crise económica deixou marcas em empresas de todas as dimensões, sendo particularmente vulneráveis as microempresas. Com a crise económica de 2009-2010, o número de postos de trabalho nas PME diminuiu em média 2,4 % por ano, contra 0,95 % por ano nas grandes empresas. A evolução do emprego manteve-se negativa em 2010, mas as expectativas para 2011 melhoravam

no momento de realização do estudo. A percentagem das empresas que contavam despedir trabalhadores em 2011 era inferior à percentagem das empresas que efetivamente despediram trabalhadores em 2010. Além dos efeitos no emprego, os efeitos negativos da crise mais importantes para as empresas foram a redução geral da procura total dos seus produtos e serviços (mencionada por 62 % das empresas), seguida do agravamento das condições de pagamento pelos clientes (48 % das empresas) e da escassez de fundo de maneio (que afetou 31 % dos inquiridos).

A capacidade de inovação é uma arma contra a crise

A inovação parece ter efeitos positivos: as empresas inovadoras, bem como as empresas de países mais inovadores, registam com maior frequência um crescimento no emprego e taxas mais elevadas de crescimento do emprego. O estudo sublinha que as PME inovadoras ou empresas que operam em economias mais inovadoras sofreram menos com a crise económica. Por exemplo, se a diminuição da procura total é referida por 70 % das empresas em países considerados inovadores modestos², o valor correspondente é de 45 % para os países líderes em inovação.

Qualidade do emprego nas PME

O estudo distingue duas dimensões principais da qualidade do emprego: a qualidade do emprego e a qualidade do trabalho. Em média, é um facto que o emprego nas pequenas empresas é menos produtivo, menos remunerado e menos sindicalizado do que o emprego nas grandes empresas. Contudo, as microempresas referem uma vantagem competitiva sobre os seus concorrentes no que diz respeito a aspetos «brandos» dos recursos humanos das empresas: ambiente de trabalho, equilíbrio entre vida profissional e privada e maior flexibilidade do horário de trabalho.

BREVES

FIPA organiza Sessão de Esclarecimentos sobre Informação ao Consumidor

A FIPA vai organizar, em conjunto com o GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, no dia 15 de março uma sessão de esclarecimentos intitulada “Informação ao consumidor, Novas regras de rotulagem”. Este evento surge da necessidade de fornecer aos operadores económicos um conjunto de conhecimentos que lhes permita adequar a rotulagem dos seus produtos de acordo com a legislação vigente, proporcionando-lhes uma visão global das novas regras de rotulagem e de informação voluntária permitida. O Regulamento (UE) nº 1169/2011 relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios foi publicado no dia 22 de Novembro de 2011 e tem como objetivo aumentar a clareza e coerência das regras comunitárias fundindo as normas gerais de rotulagem com as nutricionais. Outros dos propósitos centra-se na introdução de princípios claros para permitir uma distinção entre a informação obrigatória e a voluntária. Este evento contará ainda com um fórum alargado de questões práticas levantadas pela indústria e para a quais as respostas da Autoridade Nacional Competente nesta matéria serão fundamentais. Mias informações: www.fipa.pt.

Agrobiotecnologia em Portugal

A FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares, marcou presença no Seminário “Agrobiotecnologia em Portugal”. Este evento, decorrido no dia 24 de Janeiro no Instituto Superior de Agronomia e organizado pelo CIB (Centro de Informação de Biotecnologia) contou com a participação especial do Peter Davies, Professor do United States Department of State Jefferson Science Fellow e perito em fisiologia vegetal, especialmente nos temas relacionados com o crescimento de culturas, incluindo manipulação genética e biotecnologia agrícola. Durante a sua intervenção, Peter Davies salientou que a agrobiotecnologia tem de ser vista como a ferramenta que mais irá contribuir para a agricultura sustentável no mundo. Além de outros benefícios, esta contribui significativamente para o aumento de rendimento das culturas, para a diminuição de factores de produção (como o uso de insecticidas e pesticidas) e para a sustentabilidade ambiental, por via da minimização de recursos naturais. Outro dos pontos importantes é o facto de estas culturas contribuírem para o aumento das qualidades nutricionais dos alimentos, com benefícios claros para o consumidor, como por exemplo tomate enriquecido com flavonóides ou arroz enriquecido com vitaminas. Destaques ainda para os comentários de Gabriela Cruz, Agricultora Portuguesa e Jaime Piçarra, Secretário-Geral da IACA (Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais) e representante da FIPA. Gabriela Cruz não quis deixar de salientar que, face ao crescimento exponencial da população mundial, que se estima ser de mais de 9 mil milhões em 2050 e porque são os pequenos agricultores que mais adoptam este tipo de cultivo, não vê qualquer argumento válido para que prossiga a proibição de inúmeros eventos transgénicos. Jaime Piçarra começou por realçar a importância da indústria agro-alimentar, enquanto principal consumidor de produtos agrícolas e, conseqüentemente, a principal alavanca da agricultura. O facto de vivermos num mercado global e sermos membros da OMC (Organização Mundial de Comércio), leva-nos a assumir compromissos e a ser competitivos. Por isso, resta-nos fazer a escolha entre estar sozinhos ou aderir à biotecnologia, enquanto ferramenta ao serviço da inovação e da competitividade. A questão do Low Level Presence foi assinalada como sendo o principal factor de bloqueios de matérias-primas o que leva a que, desde 1997, a União Europeia assista a constantes incidentes na cadeia alimentar. Apesar de ter sido aprovado um regulamento que permite um grau de contaminação de 0,1% para eventos que estão em aprovação na União Europeia, apenas para alimentação animal, é manifestamente insuficiente e a Comissão está a pensar alargar a solução técnica para as matérias-primas destinadas à alimentação humana. Quando é que vamos perceber que as questões que se levantam não têm por base a ciência mas sim perspectivas sócio-económico-políticas que estão apenas e só a condicionar a produtividade primária?

agenda

SISAB 2012 - Salão Internacional do Vinho, Pescado e Agro-Alimentar

Data: 27 e 29 de fevereiro de 2012
Local: Pavilhão Atlântico
Organização: Mundiventos
Telefone: 217 957 671
Fax: 217 965 553
E-mail: sisab@sisab.org

Informação ao Consumidor, Novas regras de rotulagem

Data: 15 de março de 2012
Local: Lisboa
Organização: FIPA
Telefone: 217 938 679
Telemóvel: 217 938 537
E-mail: formacao@fipa.pt

Agro 2012 - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação

Data: 22 a 25 de março de 2012
Local: Parque de Exposições de Braga
Organização: PEB
Telefone: 253 208 230
Fax: 253 264 672
E-mail: peb@peb.pt

SIAG - Salão Internacional de Agro-Negócios

Data: 28 a 29 de março de 2012
Local: Centro Nacional de Exposições, Santarém
Organização: Grupo IFE
Telefone: 210 033 800
Fax: 210 033 888
E-mail: geral@ife.pt